

FORTIFICAÇÕES DA FOZ DO TEJO

CRISTINA COIMBRA PRÓSPERO*

Resumo: Hoje é possível observar, ao longo da margem Norte do rio Tejo junto à foz, construções centenárias de carácter militar implantadas em locais estratégicos e sobranceiros à linha de água, como guaritas mirantes do curso das águas ou alguns barcos que por ali passam. Sobre a decisão de alguém as ter erguido nesses locais, levantam-se diversas questões:

- Terão sido erguidas na mesma época? E por que razão ou por quem?
- Tendo elas diferentes dimensões, quererão refletir uma hierarquia de funcionamento?
- Na sua longevidade terão permanecido até hoje todos os elementos da sua construção?
- Por fim, qual o destino destas construções hoje e quando a sua função unicamente militar deixou de o ser?

Nesta apresentação, que resulta de extrato de uma investigação de Mestrado, pretende-se responder a estas questões, com o apoio de documentação de diversas épocas (essencialmente cartográfica e fotográfica), que evidenciavam um plano estratégico de defesa do Porto de Lisboa organizador de um vasto território.

Palavras-chave: Fortificações; Tejo; Lisboa; Estratégia; Defesa.

Abstract: Nowadays along the northern bank of the River Tagus, near its mouth, there can be seen hundred-year-old military structures, strategically placed, overlooking the water-line, like sentry-boxes watching the course of the water or some other boats passing by. What concerns the decision of having them built in those places, certainly some questions do rise:

- Will they have been built in the same period of time? Why? By whom?
- As their sizes differ, do they try to show a hierarchy in its function or a need of military activity? And how did they work?
- In the course of their long life will all elements of the construction have remained until now?
- Finally, what will happen to these buildings of today and when its only military function ceases?

In this presentation, resulting from a Master's research we aim to answer these questions, with support documentation from various epochs (essentially cartographic and photographic ones), evidencing a strategic defense plan of the Port of Lisbon, aiming at the organization of a vast territory.

Keywords: Fortifications; Tagus; Lisbon; Strategy; Defence.

* Ordem dos Arquitectos Portugueses. cristina.prospero@gmail.com.

DEFESA DO TERRITÓRIO OCUPADO

O Homem desde sempre sentiu a necessidade de defender o seu grupo familiar das adversidades da natureza ou de incursões provenientes de outros animais incluindo o próprio Homem. Para isso teve que desenvolver ações de defesa e aperfeiçoar estratégias de ataque.

A cidade de Lisboa, como muitas outras, teve o seu ponto de fixação numa de muitas colinas de um território próximo do término de um grande curso de água. A sua localização era perfeitamente estratégica. No que respeita à sua defesa, uma implantação a cota elevada era fundamental para inviabilizar, ou pelo menos dificultar, o assalto do inimigo como também usufruir de uma visualização dos territórios adjacentes. Quanto à atividade dos seus habitantes, a proximidade ao rio, proporcionava as condições necessárias ao abastecimento alimentar, retirado diretamente dele como das embarcações que nele navegavam.

Geograficamente, a configuração do estuário do Tejo apresenta-se como o cenário ideal para o estabelecimento de um porto resguardado das intempéries do Atlântico. Nestas condições é previsível que o comércio e a afluência de pessoas floresçam.

Mas se por um lado o Homem tende para o desenvolvimento e promoção das trocas entre povos e isso o satisfaz, também é verdade que há sempre quem cobice esse sucesso. Entre piratas e corsários, os eminentes ataques ao porto de Lisboa contam-se durante diversos séculos. Primeiro pela vontade de adquirir um porto localizado entre a Europa e o Mediterrâneo, mais tarde por ser um centro de chegada de produtos exóticos e minérios riquíssimos de além-mar e, ainda, por questões estratégicas peninsulares.

Cedo se percebeu que a capital necessitava de uma defesa eficaz. E como seria de esperar, a inicial defesa do núcleo primitivo circular depressa tomou posições estratégicas ao longo do território ribeirinho através de edificações militares.

EVOLUÇÃO DO SISTEMA DEFENSIVO

Na era da neurobalística as construções defensivas apresentavam-se, na sua generalidade, com muralhas de elevada altura pontuadas com torreões e portas e, centralmente, a torre de menagem. Este tipo de construção verificou-se até meados do séc. XIV, quando o Ocidente se apercebeu do poder que a pólvora tinha no quadro da guerra. Dá-se a passagem da neurobalística para a pirobalística e com ela passaram-se a construir fortificações com muralhas de espessura maior em detrimento da altura que deixava de fazer sentido. Esta alteração arrastou-se ao longo de anos podendo observar-se nas primeiras torres erguidas na margem

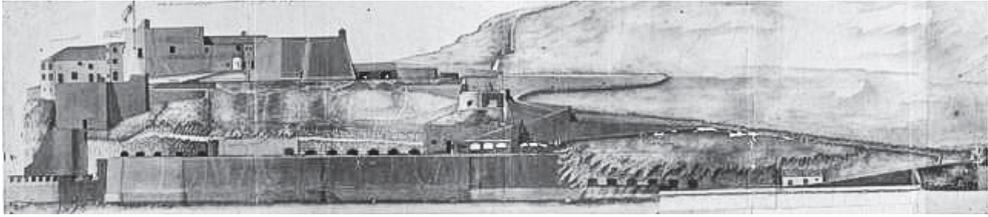


Fig. 1. Alçado (Cota: GEAEM 2699-2A-25A-36, 1795) do Forte de S Sebastião da Caparica ainda com a localização da construção inicial da Torre Velha – torre e baluarte ribeirinho.

no rio Tejo no séc. XV a transição das duas épocas: não deixando de ser torres fortificadas, encontravam-se adaptadas estruturalmente para o uso da nova artilharia através de uma zona abaluartada virada ao plano de água de onde se poderia fazer o tiro rasante.

No reinado de D. João I (1385-1433), dentro do contexto de defesa da capital, fazia-se já sentir a necessidade de defender a entrada do rio. A construção de um posto de defesa na margem Sul do rio em coordenação com outro na margem Norte serviria de barreira fluvial a qualquer ataque que proviesse do mar. Assim foi edificada a Torre Velha, junto a Porto Brandão, com torre tipologicamente medieval. Mas esta necessidade de edificação defensiva, na realidade, não foi além de uma conjugação da Torre Velha e algumas barcas artilhadas que se fundeavam em locais estratégicos.

Com o reinado de D. João II (1481-1495), foi implementado um plano de defesa do Porto de Lisboa que, além de incluir adaptações construtivas da Torre Velha às novas técnicas de guerra e equipamento bélico, fez erguer a torre de Santo António em Cascais e, ainda, deu-se início à futura Torre de São Vicente em Belém só realizada, efetivamente, no reinado seguinte de D. Manuel I (1495-1521). Ambas caracterizavam-se por possuir particularidades mistas de torre medieval de defesa e mirante costeiro e baluarte fronteiro a cota baixa para tiro rasante a pólvora. Posteriormente, no reinado seguinte, além destas ainda se iniciou uma torre idêntica na Barra do rio, a Torre de S. Gião e outros fortins menores de materiais efémeros.

Com o desenvolvimento do pensamento e a publicação da tratadística que proliferou no séc. XVI e seguintes e se expandiu extra fronteiras em toda a Europa, as novas construções caracterizavam-se por possuir diversos baluartes com alinhamentos às várias direções em especial às de água.

Durante o reinado de D. Sebastião (1557-1578) concluíram-se as três “peças” fundamentais da defesa de Lisboa e aplicaram-se adaptações atualizadas em São Julião da Barra.



Fig. 2a.

Evolução do aparecimento das fortificações. A verde as primeiras construções de tipologia de transição torre e baluarte – Torre velha no Porto Brandão, Torre Sto António em Cascais, Torre de San Gian em Oeiras e Torre de São Vicente em Belém.

A amarelo as primeiras construções integralmente renascentistas de forte abaluartado – Forte Sto António da Barra no Estoril e Forte de São Lourenço no Tejo.

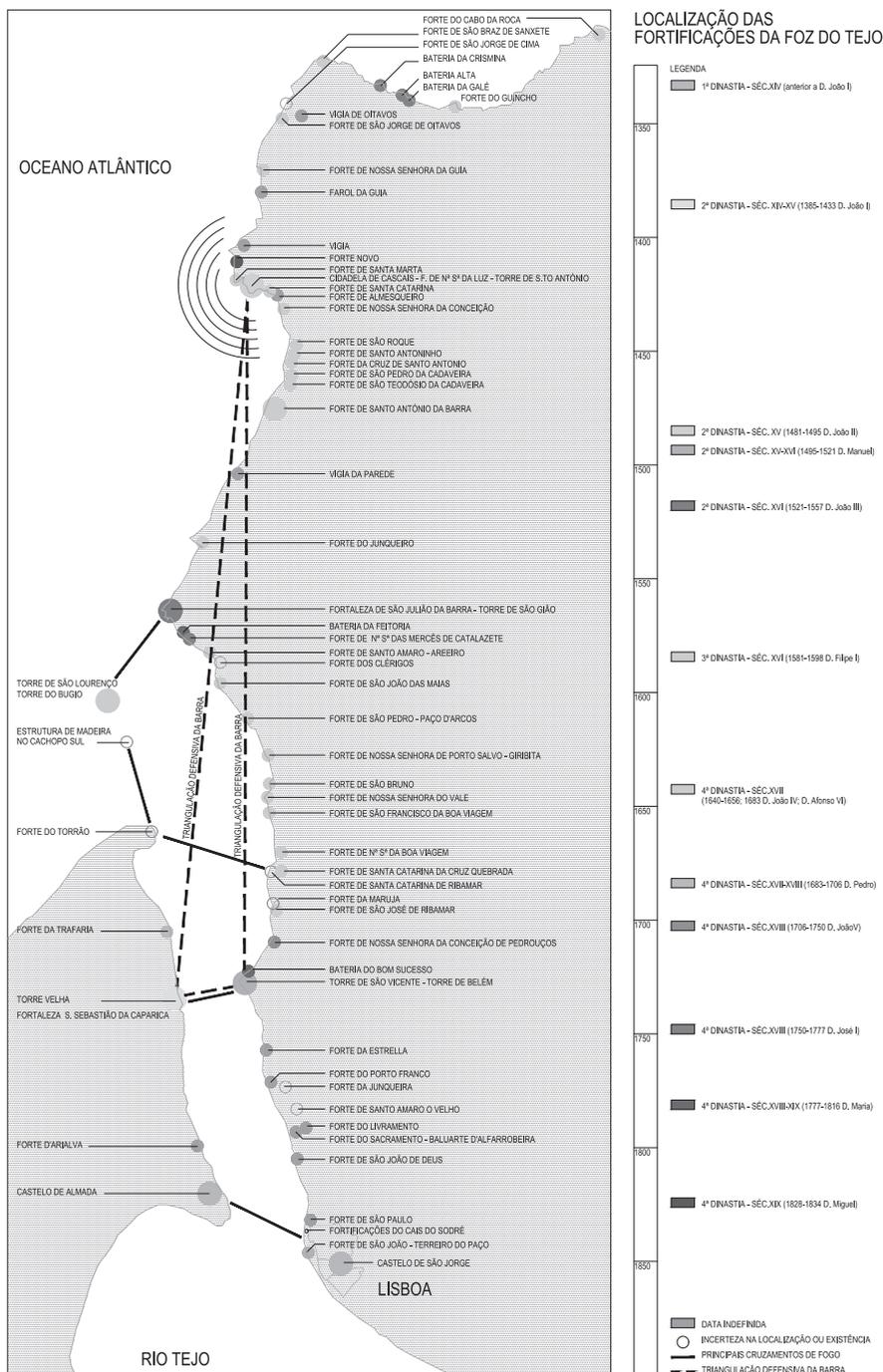
(esquema nossa autoria, 2012)



Fig. 2b.

Evolução do aparecimento das fortificações. A azul, conjunto de pequenos fortes que reforçavam a defesa junto a praias, enseadas e linhas de água. São cerca de três dezenas de construções ao longo da costa até à serra de Sintra.

(esquema nossa autoria, 2012)



Anexo A. Localização das Fortificações da Foz do Tejo. (nossa autoria, 2012)

Com estas três torres a cidade ficava defendida do ponto de vista militar e espiritual, dois parâmetros importantes à época. No primeiro, Cascais servia de “sentinela sempre atenta” a qualquer incursão marítima indesejada que reportaria a presença do perigo à capital e restante costa o mais célere possível e, na direção de Belém estabelecer-se-ia uma barreira física que impediria a passagem de qualquer armada. No segundo, no plano espiritual, os dois santos lisboetas e o terceiro guerreiro compunham uma trindade defensiva capaz de impedir a entrada de qualquer intruso, em especial pagão, que cruzasse os mares para proferir um ataque em território cristão.

E, de facto, o perigo veio de outro reino cristão.

Quando os castelhanos desembarcaram nas imediações de Cascais, não observaram grande resistência e as fortalezas existentes não tinham servido de grande obstrução.

Esta constatação levou, no período filipino, a empreenderem-se um conjunto de ações de fortalecimento defensivo da costa. Construiu-se Sto. António da Barra, integralmente refletindo as ideias renascentistas de forte abaluartado, que supostamente servia de aquartelamento a meia distância de Cascais e concluiu-se São Julião da Barra que, com São Lourenço também a edificar, estabeleceriam outra barreira na entrada do Tejo. Assim, no início do séc. XVII era já possível marcar três barreiras à entrada no Tejo:

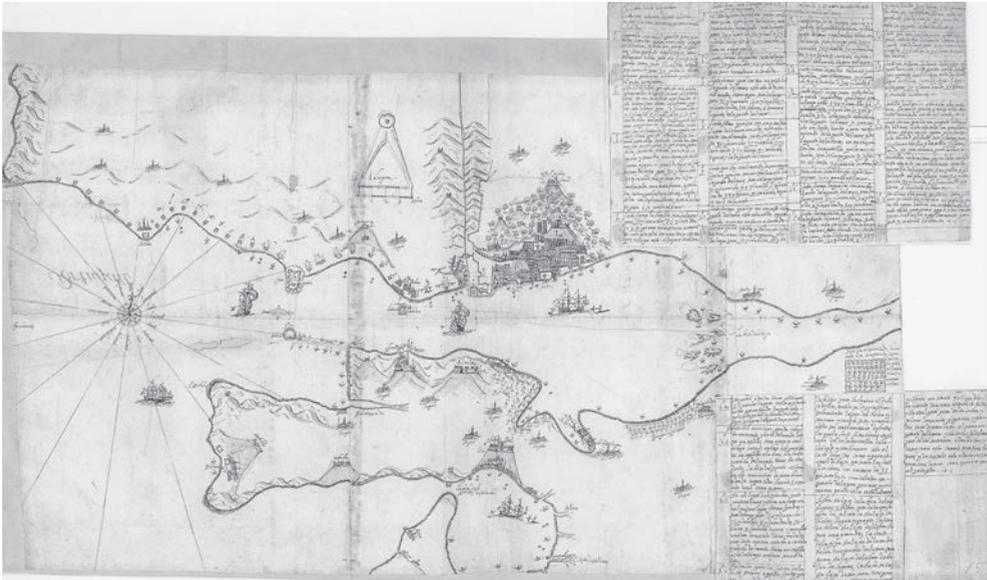


Fig. 3. “ciudad de lisboa, 1661, a 4 de febrero. verdadera relación del porto de lisboa y sus fortificaciones modernas que aún non están acabadas” autor desconhecido, Arquivo de Estocolmo.

Torre de São Vicente – Torre São Sebastião, Forte de Santa Catarina – Forte da Trafaria, e Fortaleza de São Julião – Forte de São Lourenço.

Neste período houve uma grande produção de cartografia com medições do fundo do rio, localização de fortificações e principalmente descrição de estratégias defensivas.

Nesta representação gráfica, a primeira linha defensiva, localizada no eixo de Belém, é marcada pelos dois fortes que se posicionam na direção Norte-Sul: a Torre de Belém na margem direita do rio e a Torre Velha na margem esquerda.

A segunda linha defensiva é marcada pelos três pontos estratégicos na linha da barra do rio, que são o Forte de São Julião – Bugio – Forte da Trafaria. Eles apresentam capacidade para fecharem todas as entradas fluviais possíveis, seja pela barra pequena – canal existente junto à atual praia de Carcavelos e fortaleza de São Julião –, seja pela barra grande entre São Julião e o Bugio, como pelo canal junto ao areal denominado “medo do inglês” entre o Bugio e o forte do Torrão junto à Trafaria.



Fig. 4. Configuração da entrada de Lisboa. Manuscrito, papel, aguarelado. Extrato (GEAEM cota 4680 2/22 A/109, 1700-1900) extrato.

Contudo, estas grandes infraestruturas, estrategicamente localizadas, revelaram-se muito onerosas e demoradas de edificar levando por vezes a desatualizarem-se ainda antes de estarem completamente concluídas.

Quando se dá a Restauração da Independência em 1640, as intervenções militares sobre as fortificações mostraram, mais uma vez, que a sua defensabilidade era diminuta e que não constituíam obstáculo de maior aos avanços perpetrados pelas forças atacantes. Durante o reinado de D. João IV (1640-1656), verificaram-se conflitos em território português que só cessaram no início do reinado seguinte. O arrastamento deste cenário de guerra durante 28 anos levou à necessidade de se reforçarem alguns pontos fortificados mas, dada as necessidades urgentes e as dificuldades financeiras sentidas, optou-se por, na foz do Tejo, se privilegiar a construção de pequenos fortes ao longo da costa entre Belém e o Cabo da Roca além da conclusão das fortalezas já iniciadas. Este conjunto fortificado servia de complemento às defesas principais dos lugares estratégicos e permitiam a defesa localizada de praias, enseadas e linhas de água (afluentes) que proliferam essencialmente na margem Norte do rio.

Foram construídas cerca de três dezenas de novas pequenas fortificações ribeirinhas que ajudavam a assegurar a defesa da costa até à Serra de Sintra.

As suas características pautavam-se por serem de pequena dimensão, terem núcleo quadrangular ou derivado do quadrado (formando “T”, “T invertido”, trapézio, etc.) e possuírem uma envolvente amuralhada e baluarte.

Alguns exemplos de fortes com núcleo quadrangular são o Forte de S.to António no Estoril, Forte de São Bruno em Caxias e Forte de São Brás de Sanxete no Cabo Raso.

Alguns exemplos de fortes com núcleo em “T”, “T invertido” e trapézio são o Forte de São José de Ribamar, Dafundo, Forte do Junqueiro, em Carcavelos e Forte de N^a S^a da Conceição, Algés.

Embora os “senhores” do território fossem alternando (entre portugueses e castelhanos), a produção cartográfica era contínua, ora por parte do defensor com registo de estratégias militares, ora por parte do atacante para levantamento das novas construções.

A propósito desta carta uma publicação (<http://www.4gatos.es/MemoriaAusente>) fez referência a eventuais espões que tinham como missão o acompanhamento das construções militares que se desenvolviam em território nacional e do estado da defesa local para serem, posteriormente, reportados à coroa espanhola.

Outra carta, sob o título “Configuração da entrada da Barra do Porto de Lisboa e notação dos lugares fortificados, ou Artilhados, d’onde Saen Linhas de fogo de huma, e outra Cofta, Afim como fe mostra o fixamento do Rio, que fe representa para fima das Torres de Bellem, e Torre Velha, por meio de hum Redente W”, e conforme o nome indica, refere-se a uma representação de um planeamento de defesa do Porto de Lisboa



Fig. 5.
Imagem do local do forte do Sacramento absorvido na malha urbana.
(nossa autoria, 2012)

entre os finais do séc.XVII e inícios do séc.XVIII (Catálogo de exposição “conhecimento e definição do território – os engenheiros militares (séculos XVII-XIX)”, 2003, Lisboa).

Embora o exemplo em cima se refira a um extrato de uma carta maior, o plano estratégico de defesa da entrada no rio Tejo resume-se essencialmente ao Estuário do Tejo com posicionamento de embarcações de defesa, formando um redente, como se pretendessem fazer um cerco lateralmente e imobilizar o intruso.

Esta proposta de defesa da barra, interrompendo o acesso fluvial através de uma ponte de barcas, corresponde a um tipo de planeamento desenhado no passado por outros projetistas como Vicêncio Casale e Alexandre de Massay cujos desenhos se desconhece o paradeiro (Catálogo de exposição “conhecimento e definição do território – os engenheiros militares (séculos XVII-XIX)”, 2003, Lisboa, p.49).

Nos reinados seguintes, de D. José (1750-1777) e posteriormente de D. Maria I (1777-1816), foram executadas obras de reedificação e recuperação dos fortes tendo sido no primeiro construídas as baterias no Guincho.

O último ciclo de intervenções nos fortes, para fins bélicos, reporta-se ao período da primeira metade do séc. XVIII, primeiro devido às invasões francesas mas sobretudo derivado à guerra civil que opunha D Miguel e D. Pedro. Por esta altura foram reavaliadas as suas condições construtivas e inclui-se um novo forte a Ocidente de Cascais.

Entre pequenos postos de vigia (exemplo vigia da Parede) e grandes empreendimentos (como São Julião da Barra), desde o mais antigo forte (Torre Velha) ao último desta geração (Forte Novo, junto à Boca do Inferno) foram, neste período, construídas cerca de meia centena de fortificações ribeirinhas.

Por ausência de perturbações mais gravosas, entenda-se guerra, que impunham o uso de armas de pólvora ou pela evolução que as técnicas de guerra entretanto alcançaram, foi-se optando por outro tipo de construção militar que abdicaria dos baluartes e daria maior ênfase às baterias de longo alcance.

DESTINO DOS FORTES

Sobre o destino que cada uma destas construções obteve, varia consoante cada situação.

Muitas destas construções acabaram por desaparecer totalmente. As que se localizavam mais próximo da capital foram destruídas, na sua maioria devido ao terramoto, ou absorvidas pela malha urbana que se desenvolveu nos arredores e ao longo da margem do rio. Sobre os primeiros, restam apenas alguns elementos pétreos que formavam os embasamentos (exemplo o Forte de N^a S^a da Conceição em Algés e o recém descoberto Forte de São Paulo no Cais do Sodrê) ou plantas da sua organização interna em arquivo contendo por vezes a sua localização (exemplo o Forte de Santa Catarina da Cruz Quebrada) ou ainda, apenas um longínquo conhecimento da sua existência dado por referências isoladas (exemplo Forte de São José de Ribamar e Forte da Maruja no Dafundo).

Sobre os segundos, os que foram absorvidos pela malha urbana de facto, podem-se contar entre construções habitacionais ou espaços públicos, na sua maioria e, arrasamento completo por opção de passagem de vias rodoviárias (exemplo as fortificações do Livramento e do Sacramento ou Alfarrobeira em Alcântara).

Contudo, também há as construções que prevaleceram no tempo: umas com adaptações impostas, outras votadas ao abandono com ou sem projetos de requalificação agendados.

A inexistência de conflitos armados que se verificou após a guerra civil veio pôr ao abandono a maior parte destes edifícios ainda existentes. Só os que, por deliberação legal, foram reutilizados para fins de controlo costeiro e sinalização marítima (faróis) é que foram, no séc. XIX, alvo de requalificação por adaptações construtivas e assim estão, até hoje, com essa função (exemplo o Forte de Sanxete no Cabo Raso, o forte de Santa Marta em Cascais ou o forte de São Francisco da Boa Viagem a Ocidente da Cruz Quebrada).

Aos restantes, inicialmente sem qualquer utilidade militar e posteriormente inadequados face às novas técnicas de guerra onde o controlo do espaço aéreo passou a ser fundamental, foi-lhes permitido simplesmente atravessar os anos sujeitos às intempéries e agressões marítimas naturais dos locais onde se localizam. Aos poucos, começaram a ser adquiridos para fins residenciais de carácter aristocrático



Fig. 6.
Imagem da entrada
na Fortaleza de São
Julião da Barra que
mantém uma função
militar.
(nossa autoria, 2012)

(exemplo dos Fortes de Santo Antoninho e Cruz de Santo António no Estoril) e mais recentemente para estruturas pedagógicas (exemplo do Forte de Guia próximo da Boca do Inferno e o Forte de Santo António da Barra em São João do Estoril), de restauração e hotelaria (exemplo da Bateria Alta no Guincho e a Cidadela de Cascais) e museológicas (exemplo o Forte de São Vicente em Belém e o Forte de São Jorge de Oitavos).

Existem, ainda, outros equipamentos, claramente em estado avançado de degradação e de perigo iminente de derrocada das paredes sobranes (exemplo do Forte da Crismina entre o Cabo Raso e o Guincho e a Torre Velha junto ao Porto Brandão).

Por fim, dos alguns fortes que ainda possuem uma representatividade na vida militar, ainda que servindo, em muitas circunstâncias, apenas para serviços gerais ou cerimónias pontuais (como messe ou morada oficial do Ministério da Defesa).

E assim, “A Chave do Reino” – a Fortaleza de São Julião da Barra, tal como as restantes Fortificações da foz do Tejo, dilui-se no tempo perante as novas tecnologias que acomodam poderes bélicos em muito menos arquitetura.

BIBLIOGRAFIA

SANTOS, Cristina Andreia Duarte de Coimbra Neves Próspero dos (2012) – *Fortificações da foz do Tejo* [Em linha]. Lisboa: [s.n.]. [Consult. 30 Jun. 2016]. Dissertação de mestrado em Arquitetura, Universidade Lusíada de Lisboa. Exame público realizado em 9 de Maio de 2014. Disponível em WWW: <URL:<http://hdl.handle.net/11067/888>>.

